

**ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas! Bom dia, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! "*Ata da Quadragésima Nona Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cinquenta e Cinco da Quadragésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 285/CMDO/33455/2026, do Ministério da Defesa; Ofício nº 180.450/2026, do Ministério dos Transportes; e-mail, da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul; Cartas nºs 573, 574 e 576/2026, da Energisa Mato Grosso do Sul; Ofício nº 695/2026, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.; e-mail, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Pedro Kemp, Zeca do PT, Caravina, Lia Nogueira, Paulo Duarte, Zé Teixeira, Junior Mochi, Lidio Lopes, Antonio Vaz, Coronel David e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Hashioka, Jamilson Name, Marcio Fernandes, Lucas de Lima e Renato Câmara. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovados, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2026, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução nº 17/2026, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 48/2026, de autoria do deputado Antonio Vaz. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao terceiro-sargento PM Thierry da Silva Gomes, ao cabo PM Kielvo Ribeiro, ao soldado PM Vitor Soté Martins e ao soldado PM Marcus Vinycius Lourenço Ferreira, em

*reconhecimento à destacada atuação no atendimento de ocorrência de violência doméstica de extrema gravidade, com preservação da vida de uma mulher, neutralização de um foragido do sistema prisional e enfrentamento do crime organizado; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao Rotary Club de Dourados Cinquentenário, pela celebração de seus quarenta anos de fundação, comemorados no ano de 2026, em reconhecimento à trajetória marcada pelo compromisso com ações sociais, solidariedade, voluntariado e relevantes serviços prestados à comunidade douradense ao longo de quatro décadas; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Angela Sophia Araújo Ximenes, de Dourados, pelo reconhecimento nacional ao ingressar no RankBrasil, Livro dos Recordes Brasileiros, como a mais jovem miss em concurso de agência de modelos do Brasil, após conquistar o título de Miss Charminho Brasil, em 24 de fevereiro de 2026, quando contava com apenas 4 meses e 19 dias de vida; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Caravina, endereçada ao tenente-coronel PM Valdemir da Silva Andrade, em reconhecimento à sua destacada trajetória na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul e aos seus relevantes serviços prestados à segurança pública, especialmente durante o período em que esteve à frente do 10º Batalhão da Polícia Militar; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao presidente do Sindicato da Habitação do Estado de Mato Grosso do Sul (Secovi/MS), senhor Renato Perez; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à senhora Carme Albertina Ferronato Zorzanello, merendeira da Escola Estadual 8 de Maio, no município de Iguatemi, pelo reconhecimento nacional obtido na 3ª edição do Concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada à senhora Carme Albertina Ferronato Zorzanello; requerimentos de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Gleice Jane, Hashioka, Marcio Fernandes, Lidio Lopes e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira e Pedro Kemp. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de junho do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas! Bom dia, público aqui presente! Leitura do expediente. Expediente da Sessão Ordinária de 17 de junho de 2026: Nota Técnica nº 1/2026, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 965/2026); e-mail/ofício, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, encaminhando Contrato de Repasse celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (Prot. nº 1746/2026). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra, o presidente de honra do Partido Republicanos, deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Tenho aqui duas indicações. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Ciro Vieira Ferreira, solicitando estudo de viabilidade para implantação de redutor de velocidade (travessia elevada com faixa de pedestres) em frente à Associação Sul-Mato-Grossense de Amparo à Criança e ao Adolescente, localizada na rua Presidente Nereu, em frente ao número 685, no bairro Leblon. Tal medida se faz necessária para promover a redução da velocidade de veículos, aumentar a visibilidade dos pedestres e proporcionar maior segurança durante a travessia da via, especialmente considerando a vulnerabilidade do público atendido pela instituição. Nós recebemos aqui também uma proposta que foi encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo vereador Jefferson Aislan, do Republicanos de Coxim. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Bruno Wendley, diretor-presidente da Fundação do Turismo de Mato Grosso do Sul (Fundtur), solicitando a adoção de medidas no sentido de viabilizar a instalação de placas de sinalização próximas à BR-163, indicando o acesso e às atrações turísticas da Cachoeira das Palmeiras, localizada no município de Coxim. A ausência de placas indicativas dificulta a localização do destino por turistas e visitantes, especialmente aqueles oriundos de outras localidades, podendo comprometer o potencial turístico e econômico do empreendimento natural. A instalação de sinalização adequada contribuirá para maior segurança no deslocamento e orientação eficiente dos motoristas e valorização do turismo ecológico no município. Além disso, a medida poderá incentivar a visitação, fortalecer a economia local, gerar oportunidades para o comércio e o serviço da região, bem como promover maior visibilidade às belezas naturais de Coxim, consolidando o município como referência em turismo de natureza no estado. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Registramos e agradecemos a presença da senhora Neife Vida, vereadora do município de Paraíso das Águas; e do senhor Abílio Vanelli, vereador do município de Coxim. Sejam muito bem-vindos à nossa Casa de Leis.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago hoje duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa em Mato Grosso do Sul, solicitando a realização de manutenção e substituição de componentes deteriorados da rede de distribuição de energia elétrica que atende ao assentamento do Corona e também à zona rural do município de Ponta Porã. Esta indicação reitera uma solicitação dos moradores e dos produtores rurais do assentamento. Os moradores daquela região, repleta de propriedades produtoras, enfrentam problemas recorrentes na rede de distribuição de energia elétrica. Segundo nos foi informado, embora os postes sejam de concreto, as cruzetas de madeira e demais

componentes de sustentação e fixação dos cabos encontram-se deteriorados, o que compromete a segurança da estrutura e a estabilidade do fornecimento de energia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, governador do estado; e ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a realização de estudos técnicos e a edição de legislação ou regulamentação estadual voltada à padronização e ao aprimoramento do atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e demais transtornos ou condições que demandem adaptações pedagógicas individualizadas, estabelecendo diretrizes claras para a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), adaptações pedagógicas, protocolos de acompanhamento, mecanismos de fiscalização, capacitação dos profissionais, bem como a tomada de demais medidas necessárias à efetiva inclusão escolar. A finalidade é atender às inúmeras demandas apresentadas por famílias, profissionais da educação e entidades ligadas à defesa dos direitos das pessoas neurodivergentes, que relatam dificuldades na efetiva implementação das garantias legais asseguradas aos estudantes com transtornos de aprendizagem ou do desenvolvimento. Embora a legislação federal já assegure importantes direitos relacionados à educação inclusiva, especialmente por meio da Constituição Federal e da Lei Brasileira de Inclusão, observa-se que esses diplomas estabelecem diretrizes gerais, sem disciplinar, de forma suficientemente detalhada, diversos aspectos operacionais indispensáveis à sua efetiva aplicação no cotidiano das instituições de ensino. A ausência de parâmetros claros acaba gerando insegurança jurídica para famílias, profissionais e instituições de ensino, além de contribuir para a adoção de práticas desiguais e, em muitos casos, dificultar o pleno exercício do direito fundamental à educação inclusiva. Essa demanda chegou ao nosso mandato por meio de muitas famílias atípicas. Por isso, nós estamos apresentando hoje esta indicação. Por hoje é só. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Juvenal da Farmácia, vereador do município de Costa Rica. Registramos e agradecemos também a presença do vereador Claudomiro Martins Rosa e de Igor Santana, coordenador de projetos. Sejam todos muito bem-vindos! Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, bom dia! Quero agradecer a todos pela presença. Agradeço, de modo especial, a visita da Câmara Municipal de Costa Rica, na pessoa do presidente, senhor Arthur Baird, e dos vereadores Juvenal, Cocó e Magno. Quero agradecer também aos alunos do projeto "O Legislativo na Escola", de Costa Rica. Parabéns à direção e aos professores pela iniciativa de trazê-los aqui para conhecer o Poder Legislativo. Cumprimento, ainda, o vereador Abílio Vanelli, do município de Coxim. Cumprimento, também de modo especial, a imprensa e todos que acompanham a nossa Sessão pela TV e Rádio Assembleia! Senhor presidente, eu venho apresentar duas indicações e uma moção de congratulação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita municipal de Campo Grande, e ao senhor Paulo

Eduardo Cançado Soares, secretário municipal interino de Infraestrutura e Serviços Públicos, por cópias autônomas, solicitando, em caráter de urgência, a execução da Operação Tapa-Buraco e de pintura da sinalização viária no entorno do condomínio Silvestre IV, localizado na rua Zulmira Borba, nº 1.842, no bairro Nova Lima. O presente pleito justifica-se diante das reivindicações encaminhadas pela população ao nosso gabinete parlamentar, por meio do Ofício nº 2/2026, de autoria do senhor Júlio César Ferreira Santos Borges, síndico do condomínio. Documentação anexa. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Dagoberto Nogueira Filho, deputado federal, solicitando a destinação de recursos para a aquisição de uma van para atender os moradores do assentamento Esperança, localizado no município de Anaurilândia. A presente solicitação atende ao pleito formulado pela vereadora Jéssica dos Santos Pereira, da Câmara Municipal de Anaurilândia, cuja demanda foi apresentada através do Requerimento nº 38/2026. Documentação anexa. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao doutor Érico Marques Koll, em reconhecimento à sua notável e inspiradora trajetória de vida, construída com elevado compromisso ético, excelência profissional e profundo espírito humanitário, tornando-se referência nacional na psiquiatria e na defesa do acesso à saúde mental, por meio dos relevantes serviços prestados à sociedade brasileira e de iniciativas inovadoras que promovem acolhimento com dignidade à população. Documentação anexa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Senhor presidente, bom dia! Eu venho apresentar uma moção de pesar. Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Everaldo Lucca, em razão de seu falecimento, ocorrido hoje, dia 17. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos seguintes termos. "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Paulo Corrêa, apresenta profundo pesar aos familiares do senhor Everaldo Lucca, em razão de seu falecimento, ocorrido hoje, dia 17. Nascido em 25 de julho de 1936, foi um dos pioneiros da cidade de Mundo Novo e o primeiro goleiro do Grêmio de Maringá. Deixou os filhos Estéfano, Carmem Lucca, Leila Lucca, Júlio Ivantes Lucca, Rosaria de Fátima Ivantes Lucca, atual prefeita de Mundo Novo." Agradeço, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Avante) — Senhor presidente, pela ordem. Só para pedir para assinar junto com o deputado Paulo Corrêa. Eu também ia apresentar uma moção aos familiares do senhor Everaldo Lucca.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Com certeza, deputado Lídio Lopes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Eu também gostaria de assinar a moção.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Com certeza.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente e senhores deputados, eu venho apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica; e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando providências urgentes para agilizar a conclusão da obra de recuperação da ponte de madeira existente na rodovia MS-457, no município de Dois Irmãos do Buriti. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; ao senhor Rodrigo Perez Ramos, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica; e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando, em caráter de urgência, a adoção das providências necessárias para a execução de obras de restauração da rodovia MS-276, com a adequação do sistema de drenagem de águas pluviais, bem como a imediata relocação dos dispositivos de proteção lateral (*guard rails*), no trecho do distrito de Indápolis, no município de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e aos senadores representantes de MS na Câmara e no Senado, bem como ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Filho, solicitando recursos e providências para a realização de obras de reforma e adequação da estrutura física da Escola Municipal Doutor Nelson de Araújo, no município de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, e ao senhor prefeito de Dourados, Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando a realização de obras de requalificação viária, com alargamento na rua Fernando Ferrari, no trecho compreendido entre a rua Maria da Glória, no bairro Vila Industrial, e a rua Doutor Joaquim Lourenço Filho, no Parque das Nações I, Primeiro Plano, no município de Dourados. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, e aos senhores deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a destinação de recursos e apoio técnico para a elaboração de projeto visando à construção de uma praça pública com parque infantil, quadra esportiva, áreas de convivência, academia ao ar livre e pista de caminhada para atender aos bairros Harrison de Figueiredo I e II, Dioclécio Artuzi I e II, Residencial Ildefonso Pedroso, Greenville I e II e demais localidades adjacentes, no município de Dourados. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Hashioka.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, caras deputadas e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu tenho aqui uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos, de Mato Grosso do Sul, senhor Carlos Alberto de Assis, solicitando, em regime de urgência, a realização de obras de restauração asfáltica, na BR-262, entre os quilômetros 61 e 62, sentido Três Lagoas e Água Clara, devido à existência de várias ondulações no pavimento do trecho mencionado. A medida se faz necessária em razão da existência de três deformações consecutivas no referido trecho, também chamadas de borrachudos, condição que reduz a estabilidade dos veículos e aumenta os riscos de acidentes, especialmente durante ultrapassagens, em períodos noturnos e sob condições climáticas adversas. Senhor presidente, pela ordem. Eu gostaria de convidar os colegas deputados para participarem da quarta Sessão Solene de Entrega da Comenda da Terra do Sol Nascente, que realizaremos hoje à noite. Será uma satisfação recebê-los na sessão. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Quero agradecer a presença do senhor Julinei Raul, vereador no município de Chapadão do Sul. Seja muito bem-vindo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero apresentar uma moção de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que realizam mobilização nacional em defesa da valorização profissional e do avanço das negociações, do acordo coletivo de trabalho. A paralisação deverá ocorrer nas quarenta e três unidades da Embrapa, em todo o Brasil, em busca da visibilidade, das reivindicações dos empregados, especialmente da pauta de reconhecimento da escolaridade dos cargos dos níveis fundamental e médio, atualmente desprovidos de mecanismo de progressão e valorização. A mobilização dos empregados da Embrapa tem como principais reivindicações: reconhecimento da elevação da escolaridade; retomada das negociações do acordo coletivo de trabalho; reposição salarial integral; aumento real do auxílio-alimentação; melhoria das condições de transporte para as unidades distantes; reconhecimento de créditos em publicações científicas; readequação do custeio do plano de saúde Casa Embrapa; instituição da folga mensal; e pagamento de adicional por ambiente inóspito aos trabalhadores da Região Norte. É importante destacar que técnicos, assistentes e analistas da Embrapa investiram em sua qualificação profissional, obtendo formação superior, especializações, mestrados e outras titulações, sem que essas conquistas sejam reconhecidas pela empresa. Isso resulta em carreiras estagnadas e limita as oportunidades de crescimento profissional, de produção científica e de desenvolvimento institucional. A Embrapa é um patrimônio estratégico do Brasil, responsável por importantes avanços científicos, tecnológicos e produtivos, que impulsionam a segurança alimentar, a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico

nacional. Nesse contexto, a valorização de seus trabalhadores é uma medida de justiça e de fortalecimento da própria instituição. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Lúcia Alberta Baré, presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), solicitando a adoção das providências necessárias para construção e implantação de uma sede própria adequada para a unidade técnica local da Funai no município de Caarapó, bem como a destinação de equipamentos e infraestrutura indispensáveis ao pleno funcionamento da unidade. Atualmente, a unidade atende a quatro aldeias, vinte e uma retomadas e famílias indígenas residentes nos municípios de Caarapó, Juti e Naviraí, desempenhando papel fundamental na promoção e na garantia dos direitos dos povos originários da região. Entretanto, a unidade funciona hoje em um espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Caarapó, sem estrutura adequada para atender à demanda existente. Então, é muito importante que a Funai Nacional olhe para essa importante unidade de Caarapó e atenda a essa reivindicação, para que ela possa prestar um atendimento ainda melhor às aldeias desses três municípios. Por último, senhor presidente, apresento uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Carmem Albertina Ferronato Zorzanello, merendeira da Escola Estadual 8 de Maio, localizada no município de Iguatemi, pelo reconhecimento nacional obtido na terceira edição do Concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Muito bom. Registramos e agradecemos a presença do senhor Everaldo Carlos de Souza, vice-prefeito do município de Mundo Novo, e do senhor Caudi Filho, vereador do município de Mundo Novo. Sejam bem-vindos. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara. Bom dia, nobres pares. Bom dia, público aqui presente. Cumprimento o vice-prefeito de Mundo Novo, Everaldo. Seja bem-vindo. Bom dia, todos que nos assistem pela TV Assembleia. Eu venho apresentar apenas uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a realização de estudos para a reforma geral da Escola Estadual São Gabriel, localizada no município de São Gabriel do Oeste. Conforme relatos encaminhados ao nosso gabinete, a unidade apresenta desgaste decorrente da ação do tempo, evidenciando problemas estruturais que comprometem o pleno desenvolvimento das atividades educacionais. Entre as principais demandas apontadas, destacam-se: infiltrações em diversos ambientes, ocorrência de goteiras durante os períodos chuvosos e a necessidade de manutenção e recuperação do telhado. Essas situações vêm ocasionando transtornos à rotina escolar, suscitando preocupação quanto à segurança, ao bem-estar e às condições adequadas de trabalho e aprendizagem de alunos, professores e servidores. É imperioso ressaltar que a infraestrutura escolar constitui elemento essencial para a

efetivação do direito fundamental à educação, assegurado pela Constituição Federal. Ambientes adequados, seguros e bem estruturados contribuem diretamente para a qualidade do ensino, para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e para a permanência dos estudantes no ambiente escolar, em condições dignas. Além disso, a falta de intervenções preventivas e corretivas pode resultar no agravamento dos danos existentes, elevando os custos futuros de recuperação do patrimônio público e potencializando os riscos à integridade física da comunidade escolar. Nesse contexto, a adoção de medidas tempestivas revela-se não apenas necessária, mas também alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e da preservação do interesse público que norteiam a administração pública. Dessa forma, considerando a relevância social da demanda e a imprescindibilidade de garantir condições adequadas para o exercício das atividades educacionais, solicita-se atenção especial do Governo do Estado e da Secretaria de Estado de Educação, para que sejam adotadas as providências necessárias, visando à realização das obras de adequação, reforma e manutenção da referida escola. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, em tempo, quero apresentar uma moção. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, parágrafo 4º, inciso XVII, do Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja enviada moção de protesto dirigida ao presidente da República, senhor Luiz Inácio Lula da Silva, e ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, em razão de fala considerada desrespeitosa e desmoralizante proferida contra as forças de segurança pública do Brasil, em especial a Polícia Civil. Este parlamentar contesta formalmente as declarações de ofensa e desrespeito às forças policiais brasileiras.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Muito bom. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que nos acompanham pela TV ALEMS, bem como aos que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Trago uma indicação. Indico à Mesa Diretora, nos termos dos artigos 160 e 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Ciro Vieira Ferreira, solicitando a instalação de conjunto semafórico no cruzamento da rua Caiová com a rua Marquês de Lavradio, na região dos bairros Jardim São Lourenço e Tiradentes, tendo em vista o intenso fluxo de veículos registrado no local, bem como a necessidade de aprimorar a segurança viária e a fluidez do trânsito na região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Wesley Renovato Bugre, presidente da Associação das Hamburguerias, Food Trucks e Doguerias de Mato Grosso do Sul (Hamburgueses MS), pela

organização e realização da 4ª Edição do Festival do Hambúrguer, grande evento gastronômico realizado em nosso estado. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Bruno Liutti, vereador no município de Naviraí. Seja bem-vindo. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Bom dia, senhor presidente. Eu ouvi, lá do meu gabinete, que o deputado Paulo Corrêa apresentou uma moção de pesar pelo falecimento do senhor Everaldo Lucca, pai da prefeita da querida Mundo Novo. Eu também já havia preparado uma moção de pesar aos familiares dele; mas, como o deputado Paulo já apresentou, eu quero subscrevê-la. Desejo que Deus conceda conforto e consolo a todos, neste momento de muita dor. Não é fácil perder quem a gente ama. Quero o vereador Caudi, de Mundo Novo; o vereador Bruno, de Naviraí; e o vice-prefeito Evaldo. Sejam bem-vindos a esta Casa. Eu trago uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação aos senhores Cristiano Ayrton Veloso e Cristina Andreia Veloso, proprietários do laticínio de Mundo Novo, em reconhecimento à retomada das atividades da empresa no município, contribuindo para o fortalecimento da cadeia leiteira regional, para a geração de empregos e renda e para o desenvolvimento econômico da região do Cone Sul. A homenagem reconhece o espírito empreendedor, a visão de futuro e o compromisso dos proprietários com o fortalecimento da produção regional, materializados na reativação do laticínio, empreendimento tradicional do município que se encontrava com suas atividades interrompidas e que agora volta a desempenhar importante papel na economia local. Ver empresários retomando suas atividades, gerando emprego e renda, é de extrema importância. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara Carvalho, solicitando a implantação de radares e redutores de velocidade na rodovia MS-223, no trecho que liga os municípios de Costa Rica e Figueirão. Solicito, ainda, a execução de serviços de limpeza, roçada e manutenção das margens da rodovia, especialmente nos trechos com vegetação excessiva e maior risco à segurança viária. Esse pedido foi formulado pela vereadora Rosângela Marçal, de Costa Rica. E, falando em Costa Rica, quero agradecer a presença dos estudantes que hoje são vereadores mirins. E estão presentes o vereador Arthur, presidente da Câmara; o vereador Magno; o vereador Cocó; o vereador Juvenal; e os estudantes vereadores mirins. Quero destacar a importância desse projeto. Eu falava com eles, lá no gabinete, sobre o quanto essa iniciativa é importante para a formação da cidadania e para a conscientização política dos jovens, que representam a futura geração e que, um dia, poderão estar aqui também trabalhando pelo desenvolvimento de Costa Rica e de Mato Grosso do Sul. Parabéns aos vereadores e a todos que acompanham essa caravana. Eu tenho certeza de que isso proporciona um grande e diferente aprendizado aos alunos. Eu conversei um pouco com esses jovens que já estão se preparando para ser os futuros profissionais de Costa Rica. Que Deus abençoe o projeto Legislativo na Escola. Também temos professores e servidores lá da Câmara Municipal.

Sejam muito bem-vindos. Por último, senhor presidente, eu tenho uma última indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a destinação de recursos para execução de obras de melhorias no aeroporto municipal de Brasilândia, o cercamento operacional e a regularização junto à Anac. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Caravina...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, gostaria de solicitar ao deputado Zé Teixeira que me permita assinar, juntamente com ele, a moção de protesto apresentada hoje, em razão da indignação com a fala do presidente Lula sobre os profissionais da Polícia Civil. Eu me somo ao colega deputado, porque tal comentário mostra a falência moral daquele senhor, que hoje é presidente da República, ao se referir daquela maneira a profissionais que trabalham dia e noite para combater o crime no Brasil. Senhor presidente, eu gostaria, ainda, de contar com o seu apoio, para que possamos transformar essa moção de protesto em nome da Casa. As instituições de segurança pública do Brasil merecem, do povo brasileiro e sobretudo desta Casa, respeito.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Acatado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu sou contrário à transformação dessa moção de protesto do deputado Zé Teixeira em nome da Casa. Acho que o deputado tem o direito de apresentá-la, e quem é a favor, vota a favor; quem é contra, vota contra.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Eu já gostaria de ser signatária e assinar essa moção de protesto, porque nós temos que respeitar a segurança pública, os policiais militares, que fazem um excelente trabalho aqui em Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — A pedido do deputado Coronel David...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) —... eu peço que a proposição seja colocada em destaque.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Senhor presidente, no mesmo sentido da bancada do PL, eu gostaria de cumprimentar o deputado Zé Teixeira pelo moção, e também gostaria de assiná-la.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Eu também quero ser signatário, assinar junto, tendo em vista que a Segurança Pública de Mato Grosso do Sul e do Brasil merecem respeito. Há muitas pessoas honradas que prestam um excelente serviço à população. A fala do presidente com relação aos delegados, aos servidores e aos demais profissionais da Polícia Civil e da Segurança Pública do nosso país foi infeliz.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Eu apresentei a moção porque fiquei indignado ao ver o presidente dizer que, muitas vezes, o telefone é devolvido na delegacia e não chega ao destino, às mãos da pessoa que foi assaltada, colocando em dúvida o trabalho das polícias Civil, Militar e Federal. Ora, ninguém vai devolver telefone coisa nenhuma. Isso é demagogia da mais barata. Quem vai devolver? Ladrão rouba telefone para vender e comprar droga. Certa vez houve a discussão sobre o coitado de um menino de quatorze anos que roubou um telefone uma única vez para comprar o que comer, mas isso não justifica uma fala dessas. Em um país que sonha, um dia, em realmente ter moral, dignidade, berço e respeito, não se põe a mão no que é dos outros. Então, a moção está apresentada, e meus pares ficam à vontade para subscrevê-la. Faço isso como

demonstração de gratidão, em especial, à Polícia Civil e à Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, que estão entre as mais bem avaliadas do nosso país.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Apenas para pedir que a moção seja assinada por todos os nobres colegas. Já que todos estão assinando, que ela seja transformada em nome da Casa.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu gostaria de parabenizar o deputado Zé Teixeira. Eu já havia me manifestado sobre esse assunto e até solicitado à assessoria que preparasse também uma moção de repúdio. Mas o deputado Zé Teixeira se antecipou, brilhantemente, e apresentou a moção. Eu quero subscrevê-la. Acho que, há algum tempo, o nosso presidente da República vem demonstrando sinais de senilidade. Parece não estar em sua plena capacidade mental. Faz várias manifestações absurdas, e essa foi mais uma delas. Chegamos ao ponto de ver o presidente da República colocar em xeque a atuação da Polícia Civil. Eu, como delegado de Polícia, que trabalhei a vida inteira na Polícia Civil, sei o quanto os policiais civis trabalham e como os delegados conduzem o seu trabalho nas delegacias, presidindo inquéritos policiais. As equipes de plantão, muitas vezes, dobram a jornada de trabalho e, ainda assim, recebem uma declaração como essa, justamente de quem deveria valorizar e enaltecer os seus policiais. Portanto, é motivo de repúdio e indignação. Também gostaria que essa manifestação fosse feita pela Casa. Respeito a posição do deputado Pedro Kemp, embora dela discorde. Mas, se for necessário destacar o voto para que possamos deliberar sobre a matéria, tenho certeza de que a grande maioria votará favoravelmente a essa moção de repúdio, diante de mais essa fala infeliz do presidente da República, que, a meu ver, já está com seu tempo esgotado. Se Deus quiser, no fim do ano se encerrará esse período de uma presidência que considero nefasta. Senhor presidente, eu trago uma indicação e um projeto de lei. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara Carvalho, com cópia ao senhor Gil Márcio Franco, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando a realização de manutenção e recuperação asfáltica da rodovia MS-245, especialmente no trecho de aproximadamente 43 quilômetros compreendido entre a rodovia MS-324 e o distrito de São Domingos, no município de Água Clara, em razão do intenso fluxo de veículos pesados, que vem comprometendo as condições de trafegabilidade e a segurança da via. Esse pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pela Câmara Municipal de Água Clara, por intermédio do vereador Marcos César. Embora tenha sido apresentado por um representante da classe política, trata-se, sem dúvida, de um pleito de toda a população, não apenas de Água Clara, mas também de todos que utilizam aquela rodovia. Projeto de lei. "Projeto de lei que declara

de utilidade pública estadual a Associação Cultural de Empreendedores Arte em Ação, com sede e foro no município de Campo Grande. Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cultural de Empreendedores Arte em Ação, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com sede e foro no município de Campo Grande. Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." A associação foi fundada em abril de 2023, no bairro Coopharádio, e desenvolve um relevante trabalho voltado à promoção da cultura, da cidadania, da inclusão social e do fortalecimento comunitário. A entidade realiza atividades destinadas ao desenvolvimento cultural, educacional, esportivo e recreativo da comunidade, promovendo ações que fortalecem os vínculos sociais e ampliam as oportunidades de bem-estar da população, beneficiando crianças, jovens, adultos e idosos, com diversas atividades culturais, artísticas, teatrais, musicais e de dança. A entidade presta um trabalho relevante na região do Coopharádio. Eu tive a oportunidade de frequentar o local e quero, desde já, parabenizar toda a equipe da associação. Este projeto de lei visa conceder o Título de Utilidade Pública Estadual à entidade, justamente para que ela possa ampliar suas possibilidades de captação de recursos. Ela já conta com apoio do Governo do Estado e já recebe incentivos em razão do trabalho que realiza. Contudo, com esse reconhecimento, ele poderá fortalecer ainda mais sua atuação e ampliar suas parcerias. Portanto, peço o apoio dos colegas na aprovação desta proposta. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência, com a aquiescência dos demais pares, incluísse na pauta de hoje o Projeto de Resolução nº 19/2026, que institui, no âmbito da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o "Diploma e a Medalha de Mérito Legislativo em Homenagem ao Cooperativismo".

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Acatado o pedido de Vossa Excelência. Trata-se de um projeto muito importante. Quero colocar meu expediente sobre a mesa. Não há mais oradores. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. O senhor dispõe de 20 minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, eu venho à tribuna para tratar de questões importantes. Ao longo do ano passado, e concluindo agora em fevereiro, realizamos seis encontros regionais de formação e socialização dos saberes da educação em Mato Grosso do Sul. Esses encontros foram realizados em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, o Tribunal de Contas do Estado, o Conselho Estadual de Educação, a Universidade Federal,

a Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação) e as prefeituras que aderiram à realização dos encontros regionais. Nesses encontros, fazíamos a abertura na quinta-feira e, na sexta-feira, realizávamos as oficinas. Iniciamos em junho do ano passado, com o primeiro encontro em Rio Brilhante, com oito oficinas. O objetivo dessas oficinas era discutir todos os processos inerentes à política educacional, porque não há como falar em educação sem tratar também do transporte escolar, da merenda escolar, da educação infantil, da educação inclusiva, da normatização e de outros temas correlatos. Uma das questões que motivou a realização desses encontros foi a audiência pública realizada aqui, em março do ano passado, sobre os valores adicionados, chamados VAAR, VAAT e VAAF. Esses valores são disponibilizados pelo Ministério da Educação, condicionados ao cumprimento de determinadas exigências. São cinco condicionantes, e muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para cumpri-las. Nesse sentido, o Tribunal de Contas participou ativamente, por meio da Coordenadoria de Educação, explicando às secretarias municipais de Educação de cada município participante como proceder para cumprir essas condicionantes e, assim, ter acesso ao VAAR. É válido lembrar que em Mato Grosso do Sul, no ano passado, apenas vinte e cinco municípios conseguiram acessar recursos do VAAR. Neste ano, esse número subiu para trinta e três. Lembrando que MS possui setenta e nove municípios. Mato Grosso do Sul, como um todo — entre os municípios que não cumpriram as condicionantes para acessar esse recurso —, deixou de captar mais de 100 milhões de reais, que seriam destinados à educação, tanto dos municípios quanto da Rede Estadual. Por isso, realizamos esses encontros. Fizemos reuniões em Rio Brilhante, Naviraí, Nova Andradina, Camapuã, Amambai e encerramos os encontros regionais em Coxim. Na última quinta-feira, realizamos aqui uma Sessão Solene na qual concedemos certificados não apenas de participação, mas também de reconhecimento às instituições parceiras que contribuíram para a realização dos encontros. Aliás, quero agradecer à presidência desta Casa, que nos permitiu trazer o senhor Davi Valente. Gostaria, inclusive, que os parlamentares presentes pudessem, por dois minutos, assistir a um vídeo que, para mim, representa a superação, a força, o amor e a dedicação de uma família que lutou para que um cidadão, nascido sem movimentos nos braços e com dificuldades de locomoção, pudesse se tornar um grande músico. Isso, na ocasião, emocionou a plateia presente. O artista, hoje, se apresenta em todo o Brasil. Peço que a equipe coloque o vídeo. [Exibição do vídeo]... Vejam que ele toca com os pés. Foi rapidinho, mas foi significativo. Os presentes se emocionaram ao conhecerem sua história e sua trajetória de superação. E, por meio dela, também se evidencia a educação e a importância do processo educacional em sua vida, que o transformou em um grande músico reconhecido no país. Concluimos, então, os trabalhos na última quinta-feira. Mas um dos temas que mais chamaram atenção, deputado Pedro Kemp — o senhor que já foi secretário de Educação e eu já fui prefeito e estive lá na secretaria despachando —, foi a questão do transporte escolar. Quero mostrar esse problema aos senhores, porque precisamos enfrentá-lo. Eu peguei como base Amambai, que cerca de 12% a 15% dos recursos da educação são destinados ao transporte escolar, que não é atividade-fim, mas atividade-meio, para garantir o acesso do aluno à escola. Infelizmente, temos um estado pouco habitado, com grandes extensões territoriais, e a quilometragem percorrida é muito grande. Para se ter uma ideia, em Amambai — e isso se repete em outros municípios — são cerca de cinco mil quilômetros por dia, com

aproximadamente trinta linhas, e um custo mensal de cerca de 1,5 milhão de reais. Ou seja, a maior despesa de custeio da educação municipal é o transporte escolar. Por isso, precisamos fazer esse debate. Eu vim dizer que nós vamos realizar uma audiência pública aqui. Deputado Professor Rinaldo, presidente da Comissão de Educação, o senhor sabe que precisamos enfrentar esse problema, porque, quando levamos o tema ao conselho, muitas vezes, ouvimos que não é possível mudar, em razão da Lei de Diretrizes e Bases; pois a LDB determina que haja duzentos dias letivos. Então eu falei: mas é bom considerar que esses duzentos dias letivos não precisam ser, necessariamente, presenciais. Hoje, como temos tecnologia, podemos modificar um pouco isso. Porque, a cada ano, aumenta mais. Eu tenho recebido pedidos — e recebi, inclusive, de um proprietário rural —, e isso acontece lá em Coxim, que eu conheço bem. Coxim tem a estrada Transpantaneira, que fica dentro do município, e as linhas para chegar até lá são de 150 quilômetros. Então, você anda 72 quilômetros de asfalto, mais uns 70 quilômetros, mais ou menos; ida e volta, no mesmo dia, são 300 quilômetros em uma única linha! Um proprietário me ligou para dizer o seguinte: "Deputado, o senhor não poderia falar com a secretária? Eu tenho, na minha propriedade... senão não consigo manter o meu administrador". Aí eu perguntei: quantos quilômetros?... Ele disse: "São 25 quilômetros de onde a linha passa". E eu disse: o senhor já imaginou que são 50 quilômetros por dia? Quanto custa isso?... Na verdade, ficaria muito mais barato pagar o aluguel de uma casa na cidade para o aluno ficar lá. Então, senhores, nós temos que discutir esse problema, que é grave e que afeta diretamente a educação. E digo mais: lá em Amambai, em uma das linhas, o aluno sai às 2h30 da madrugada para chegar à escola às 7h. A merenda é servida só até as 11h. Olha, nós estamos fingindo que estamos transmitindo conhecimento, mas o aluno está sendo profundamente prejudicado. Ele vai dormir por volta das 21h, coitado, já cansado, muitas vezes sem se alimentar adequadamente. A merenda tem que ser servida na entrada; tem que ser no horário adequado! Se nós não tivermos condições de discutir e repensar isso, as escolas da zona rural podem até vir para a cidade, mas precisam ter um atendimento diferenciado. Se tratarmos todos de forma igual, estaremos promovendo uma desigualdade muito grande na educação. E esse assunto é inerente aos municípios. Por quê? Porque o transporte escolar é de responsabilidade dos municípios. O Estado participa com o *per capita* — o que eu considero um erro, porque o Estado paga por cabeça (*per capita*) e o município paga por quilômetro rodado. Então, isso gera uma discrepância muito grande também no valor a ser repassado. Precisamos debater isso. O assunto é importante. O problema afeta a finança das prefeituras. Muitos municípios atrasam os pagamentos, têm dificuldades, enfrentam paralisações no transporte escolar porque as despesas são altas, e eles não conseguem pagar. Então, é preciso fazer uma discussão mais aprofundada sobre esse tema. E nós identificamos essa situação em todos os encontros regionais: há reclamações, há dificuldades para conseguir oferecer um transporte escolar de qualidade e respeitar as normas de segurança exigidas para o trânsito de alunos. Aconteceu em Coxim um acidente envolvendo um motorista do transporte escolar, que acabou se envolvendo em uma ocorrência grave; uma pessoa morreu. Então, o caso é sério...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — O senhor me permite um aparte, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — ... Precisamos entrar de cabeça nesse assunto. Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Deputado Junior Mochi, eu sou testemunha do trabalho que Vossa Excelência fez em todas as regiões do nosso estado. O senhor usou como exemplo Amambai. Veja bem, em Terenos os professores andam 150 quilômetros para dar aula. É um negócio absurdo! Ribas do Rio Pardo...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Maior ainda.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — ... Ribas do Rio Pardo faz divisa com a MS-040...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com Camapuã.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — ... Com Camapuã e com Santa Rita do Pardo. Então, veja bem, esse assunto preocupa os gestores. Com a audiência pública a que o senhor se refere, poderemos trazer aqui não apenas representantes do Governo e dos prefeitos, mas também o Ministério Público, que cuida da infância e da juventude. Nós estamos tratando aqui de direito do aluno. Eu já ouvi histórias de lugares em que há apenas um aluno e o transporte percorre 60, 80 quilômetros para buscá-lo. Qual gestão dá conta de uma situação dessas?... Nós já participamos — e Vossa Excelência, que é membro da Comissão Permanente de Educação —, já estivemos juntos para discutir a questão do VAAR — Valor Aluno Ano Resultado —, que precisa preencher aqueles cinco requisitos. Nosso estado tem suas complexidades, fazemos fronteira com cinco estados e com dois países. Então, precisamos fazer algo para minimizar esse problema para os prefeitos, principalmente para os do interior, que têm uma extensão territorial grande demais e que, muitas das vezes, acabam deixando de investir em outras áreas por conta disso. Quero, mais uma vez, parabenizar Vossa Excelência pelo trabalho maravilhoso realizado, ouvindo não somente o corpo docente, mas também os gestores por essas regiões em que houve esse encontro, que se finalizou aqui com esse evento maravilhoso, com esse artista que dá uma demonstração inequívoca de superação e traz alegrias a todos que participaram.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Junior Mochi...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pois não, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quero, também, parabenizar Vossa Excelência pelo trabalho realizado e por trazer à tribuna esse assunto, o transporte escolar. Realmente, é um tema que preocupa muitos prefeitos e secretários de Educação dos municípios. Lembro-me também de quando passei pela Secretaria de Educação; era um problema que a gente debatia muito e, inclusive, sugeri na época a alguns prefeitos que

pensassem na possibilidade de reativar algumas escolas rurais que haviam sido desativadas, tentando concentrar o transporte mais em algumas localidades, em assentamentos de municípios com extensão territorial muito grande. Mas o que Vossa Excelência colocou é o retrato do que acontece em muitos municípios. O aluno sai totalmente prejudicado quando levanta de madrugada. Há casos em que, quando chove muito, o ônibus não consegue ir até lá; com o ônibus quebrando também, o aluno não consegue chegar à escola. Esse estudante perde muita aula ao longo do ano, sem falar que chega cansado, com sono, e o aproveitamento é baixo. Então, realmente, a gente precisa pensar em alternativas para minimizar esse custo elevadíssimo que o município acaba investindo no transporte, não sobrando dinheiro para investir na educação, nas condições de trabalho dos professores ou em equipamentos para as escolas. É um assunto que merece a atenção desta Casa.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço e incorporo o aparte dos colegas ao meu pronunciamento. Nós vamos propor — e gostaria de contar com o apoio de todos os envolvidos — essa discussão. O senhor foi secretário, conhece como poucos o assunto e esteve lá em Coxim; foi um dos palestrantes, inclusive, no encontro regional que fizemos, abordando um tema específico. Cada oficina tinha o seu tema, e cada um dos que participam da educação como um todo integrava uma área: ou era a da merenda escolar, ou era a do transporte, enfim. Mas o importante é que nós devemos emitir um documento que será o fruto da síntese de tudo aquilo que foi ouvido e de todas as instituições que participaram, porque cada instituição assumiu um tema e ouviu os reclamos. O Conselho Estadual falava sobre normatização, a orientação sobre a normatização dentro da política educacional, a questão relacionada à educação infantil... E nós tivemos, lá em Amambai — estou citando porque foi um encontro marcante —, oficinas sobre a educação indígena com os próprios indígenas, contando com a participação deles, ouvindo suas preocupações e os problemas inerentes à educação indígena. Foi algo amplo, muito bom. Creio que, ouvindo todos os segmentos, nós conseguimos pelo menos construir uma radiografia da nossa realidade. E, quando eu falo isso, lembro que o aluno, para chegar ao ensino médio — que é de responsabilidade do Estado —, passa pela educação municipal. Do 1º ao 5º ano, a responsabilidade é do município; a educação infantil é de responsabilidade do município. Então, se nós queremos ter bons alunos no ensino médio, temos que investir primeiro na base, na educação municipal. Alguns problemas pontuais foram identificados, e nós realizaremos essa audiência pública para debatermos com mais profundidade e apontarmos caminhos para enfrentar esses problemas. Eu quero encerrar... Deputado Zé Teixeira, permito o aparte a Vossa Excelência. Já são 10h58.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Vossa Excelência traz um assunto muito delicado. Mas o senhor teria que trazer os prefeitos e perguntar: quantos alunos eles puxam até a sexta série? Que é responsabilidade deles. Quantos alunos eles puxam da sexta série até o ensino médio? Que é responsabilidade do Estado. Aí o senhor pede para os prefeitos trazerem a contabilidade: quanto eles gastam por mês? Quanto gasta o Estado? E quanto gasta a União? Peça para o prefeito de Nova Alvorada do Sul trazer isso para Vossa Excelência; é uma vergonha! Ele gasta de 1,8 milhão a 2 milhões por ano, o Estado gasta

300 mil reais e a União gasta 40 mil reais. Peça para trazer. Isso tem que ser partilhado. Cada um tem de assumir as suas responsabilidades! E eu trago aqui uma novidade: Nova Alvorada do Sul ajuda os alunos do ensino superior, não sei se é com 100 reais ou com 150 reais por mês. Agora, uma promotora lá mandou uma recomendação para que o prefeito suspenda o auxílio para os alunos do ensino superior. É um absurdo! Vossa Excelência traz aqui uma coisa importante, mas é um absurdo o que se nota hoje: os governantes estão impossibilitados de governar! É tanta interferência de fora! Lá em Dourados, o secretário, amigo meu, disse que recebe por dia, no mínimo, três ou quatro notificações do Ministério Público querendo explicação. Tem hora que não dá nem para trabalhar mais. Eu não sei se, daqui a uns dias, o Ministério Público não vai interferir na iniciativa privada e querer saber quantos empregados a pessoa tem, quanto paga, se produz, se não produz... Está muito complicado este país. Muito obrigado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Zé Teixeira, eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Já vou concluir o meu. Mas o que o senhor está dizendo, nas planilhas, os prefeitos têm. E realmente há uma discrepância entre o que o município, o Estado e a União gastam. Mas nós temos que encontrar alternativas. A União, por sua vez, cede os ônibus, ela doa, tem doado os ônibus. Mas a simples doação de ônibus não resolve o problema. Porque o custo continua alto, não tem ônibus para todas as linhas, tem que contratar e, por conta disso, o custo, por aluno, do transporte escolar em Mato Grosso do Sul é muito alto, realmente. Preciso discutir a questão e até verificar práticas adotadas em outros estados da Federação. Eu tenho uma solução simples, mas óbvia; depende de uma proposta para poder dar uma melhorada nisso. Eu falo que não há nenhum problema em cumprir a jornada horária exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não a diária. Se a pessoa fizer a jornada diária em sala de aula e cumprir três dias por semana, ela reduz o custo em 40%, só que fazendo a jornada integral. Então, em vez de o professor chegar todo dia de manhã e ir embora depois do almoço, ele adota uma jornada integral, supre a jornada horária e reduz em 40% o recurso investido. Assim, sobra dinheiro para o gestor investir em educação. E, nos dias em que o professor não estiver na escola — e é muito mais barato para o município e para as pequenas escolas —, o aluno ainda conseguirá estudar; basta disponibilizar uma Starlink para ele e garantir que alguém o acompanhe nas aulas ou nas tarefas através da tela do computador. Porque, se o aluno sai às 3h, às 2h da manhã, para chegar à escola às 7h e sair às 11h30, às 9h ele já estará dormindo. E a merenda escolar é servida às 11h... Ora, tenha dó. Não dá. É uma situação extremamente delicada. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Solicitamos ao segundo-secretário que proceda à recomposição do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, temos vinte e três deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação das matérias pautadas.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 018/2026. Autor: deputado Lidio Lopes. "Concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense a quem especifica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Registramos e agradecemos a presença do senhor Reinaldo da Silva Pecini, vereador do município de Itaporã; do senhor Kleison Vital, vereador do município de Água Clara; do senhor César Moretti, vereador do município de Paranaíba; e da senhora Fernanda Messias, vereadora do município de Cassilândia. Ainda em votação.

Projeto de Resolução nº 0018/2026, de autoria do deputado Lidio Lopes.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — São dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Aprovado o projeto de resolução que concede o Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Cezar Luiz Miozzo. Vai ao Expediente. Item 02. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 275/2025. Autor: deputado Zé Teixeira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul as Campanhas Outubro Rosa Pet e Novembro Azul Pet, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00275/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Renato Câmara. (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.



DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 046/2026. Autor: deputado Caravina. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o espetáculo Paixão de Cristo, realizado no município de Glória de Dourados." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de lei nº 046/2026, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PP) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. "Projeto de Lei nº 066/2026. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Inclui no Anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Retrocar MS (Encontro de Carros Antigos do Estado de Mato Grosso do Sul)". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00066/2026, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Renato Câmara (Republicanos).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Quero agradecer aos colegas. Estamos falando de um grupo de pessoas que aprecia carros antigos as quais sugeriram que sua paixão fosse incluída no Calendário Oficial do Estado. Hoje estiveram aqui vários membros da diretoria, o Cris, o Luiz, e trouxeram alguns carros antigos, essas relíquias que muita gente aprecia — inclusive não só pessoas da década de 1960 ou 1970, mas hoje a criançada e a juventude também gostam. E, além disso, eles têm o encontro anual; ano passado foi na Praça do Papa, onde juntaram milhares de pessoas, fizeram a entrega de alimentos não perecíveis. É um trabalho social maravilhoso.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, atualizando os números: são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Apenas para solicitar destaque da moção apresentada pelo deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Acatado o pedido do deputado Coronel David.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu peço destaque dessa votação, já fazendo um protesto, porque as proposições apresentadas numa sessão têm de ser votadas na sessão seguinte. Então, a proposição apresentada hoje não deveria entrar na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pergunto se o Plenário concorda com o deputado Pedro Kemp. Como houve uma discussão, deputado Kemp, e a maioria dos deputados foi favorável, nós colocamos no destaque para hoje, a pedido do deputado Coronel David.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário sobre a possibilidade de colocarmos em votação no dia de hoje.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Aqueles que concordam fiquem como estão; aqueles que não concordam, por favor, se manifestem...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu sou contra.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — O deputado Pedro Kemp é contra. Temos um voto contrário.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou discutir o requerimento...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — São oito votos favoráveis, nove votos favoráveis. Aprovado o Item 4. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. "Dois requerimentos, quarenta e sete indicações, uma moção de aplauso, uma moção de apoio e cinco moções de congratulação." Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou por aprovados os demais itens aqui citados. Agora vamos votar a moção de protesto que está em destaque. Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu achei bastante interessante a discussão que aconteceu aqui antes sobre uma fala infeliz do presidente da República. A gente sabe que presidentes falam, muitas vezes, de improviso e de vez enquanto sai uma colocação mal feita. O que foi colocado aqui pelos deputados não reflete, com certeza, o pensamento do presidente Lula, que valoriza e respeita muito as forças policiais, os agentes de segurança do nosso país — policiais civis, militares, federais, enfim. Estão, na verdade, fazendo um cavalo de batalha em cima de uma fala mal colocada pelo presidente. Na minha opinião, a discussão feita aqui só serviu para mudar o foco do que está em discussão hoje no país. Eu nunca vi nenhum deputado apresentar, nesta Casa, uma moção de protesto ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que elogiava milicianos e pessoas ligadas ao crime organizado. É isso que está em discussão no país: o combate ao crime organizado e às milícias. Agora vêm aqui querer imputar ao presidente uma manifestação contrária aos policiais. Não foi isso que o presidente quis dizer, com toda certeza! O melhor presidente da República que nós já tivemos, que está sendo recebido com todo o respeito na Europa, na França e nos demais países pelos quais ele passa. É sempre recebido com muito respeito por conta da liderança que é hoje no mundo. E querer desqualificá-lo, deputado Caravina, dizendo que ele está com o tempo vencido... O presidente terá o seu mandato prorrogado por mais quatro anos, já no primeiro turno! Por quê? Porque o candidato de vocês está derretendo; a cada dia que passa, ele derrete mais um pouco! O que a gente está vendo hoje? A população já está entendendo o cenário político e está

manifestando nas pesquisas a intenção de votar no presidente Lula. É isso que está acontecendo! Agora, é interessante vocês quererem bater no presidente Lula — que tanto bem e tantos benefícios trouxe para a população brasileira nesses últimos anos — para desviar o foco dos deputados, dos políticos e dos partidos de vocês, desse chamado Centrão, que é uma vergonha nacional! Vocês querem desviar o foco das últimas denúncias que estão surgindo a partir das investigações da Polícia Federal sobre o Ciro Nogueira, do PP, Partido Progressista. O Ciro Nogueira, presidente do PP, recebia um tratamento diferenciado do Daniel Vorcaro, inclusive com pagamento de viagens internacionais, hospedagens em hotéis de luxo e esqui nos Alpes franceses. Uma dessas viagens custou 400 mil reais — tudo bancado pelo Vorcaro. Tratamento VIP para o Ciro Nogueira, presidente do PP de vocês aqui, presidente do partido do Riedel, da Tereza Cristina e de vários outros aqui. Quem mais é do PP aqui? Jamilson Name, Londres Machado, Gerson Claro. Para o Ciro Nogueira ninguém faz uma moção de protesto aqui! Ele recebia uma mesada de 300 mil a 500 mil reais, por mês, do Vorcaro! O outro é o Hugo Motta. Saiu na imprensa agora que ele também era beneficiado com viagens internacionais pagas pelo Vorcaro. Onde está a moção de protesto de vocês para o presidente da Câmara, que deveria ter o mandato cassado, diante de todas essas denúncias que estão acontecendo? Ninguém vê problema nisso; é um silêncio total. A pessoa fica olhando com cara de paisagem, como se não estivesse acontecendo nada neste país. O Hugo Motta é do Republicanos. Vamos ver aqui quem é do Republicanos: Antonio Vaz, Hashioka, Pedrossian Neto e Renato Câmara. Então, o Hugo Motta, desse partido de vocês, também tinha despesas e hospedagens em hotéis de luxo pagas pelo Vorcaro. Quem aqui fez moção de protesto a esses bandidos, bandidos de colarinho branco? Quem é que fez uma moção de protesto ao presidente do Senado? Vocês têm que engolir isso aí! "Ah, protesto contra o presidente Lula, porque ele falou não sei o quê!". Mas e o Alcolumbre, que recebeu 30 milhões de dólares?... Não vou conceder aparte. Vocês já falaram um monte de besteira aqui no primeiro momento da Sessão. Façam uma moção de protesto, deputado Caravina, ao presidente Alcolumbre, do União Brasil. Quem é do União Brasil aqui? Parece que esse partido minguou... O Professor Rinaldo. Os partidos de vocês estão até aqui na lama, porque os figurões, os líderes, estão envolvidos no caso do Banco Master. Onde está o deputado Zé Teixeira? Façam uma moção de protesto ao Alcolumbre, que recebeu 30 milhões de dólares do Vorcaro! Para mim, vocês querem desviar o foco. E ontem o filho do Bolsonaro... Preste atenção aqui, deputado Coronel David: ontem o Eduardo Bolsonaro, já que vocês adoram essa família de bandidos, essa família de milicianos, essa família, que é uma quadrilha, aquele rapazinho saiu do Brasil, fugiu para os Estados Unidos, na condição de deputado federal, recebendo salário da Câmara, para conspirar contra este país. Parabéns ao Supremo Tribunal Federal, que condenou aquele rato! Condenou o rato que ia aos Estados Unidos dizer: "Donald Trump, coloque umas tarifas em cima dos produtos brasileiros; acabe com o PIX do Brasil!" Sabe por quê? Hoje de manhã, no Bom Dia Brasil, foi divulgada uma movimentação em PIX, até este mês, aqui no Brasil, de 16 trilhões de reais. A cada minuto, em torno de três mil PIX são passados aqui no Brasil. O PIX é nosso! O PIX é do Brasil, que o presidente Lula está defendendo!

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Um aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não vou conceder. Agora vai lá o Flávio Bolsonaro tirar uma foto ao lado do Trump e pedir: "Trump, acabe com PIX lá no Brasil para nós!"

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Então, gente, vocês não fazem moção de protesto para esses bandidos.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um aparte, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não fazem! Ficam aqui protestando contra o presidente Lula! Tenham coragem de fazer moção de protesto para aquela bandidagem da família Bolsonaro!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Acabou o tempo de Vossa Excelência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E eu quero ver vocês apoiando o candidato a presidente da República...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Acabou o tempo, senhor presidente, acabou o tempo...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero ver vocês apoiando o candidato a presidente da República Flávio Bolsonaro...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Ele não justificou...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... se ele não derreter completamente até o dia da eleição. Então, olhe, pelo amor de Deus! Tenham um pouco de compostura aqui nesta Casa...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Respeite o Regimento, deputado...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sai uma denúncia contra os líderes de vocês, e vocês ficam com cara de paisagem aqui. Não tem ninguém fazendo moção de protesto...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... E em protesto a essa moção de protesto eu me retiro deste Plenário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Nobre deputado...

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, o senhor fez política aqui, defendeu o Nove Dedos, mas tudo bem. Mas me deixe falar uma coisa: o senhor concorda com o fato de ele dizer que os delegados de polícia e os investigadores de polícia são suspeitos de desvio de telefone celular? O senhor tem que concordar que a fala do presidente foi absurdamente infeliz! O senhor concorda que foi infeliz?... Não, eu não concordo. Eu não tenho político de estimação. Eu não tenho político de estimação. Eu quero saber se o senhor concorda que o presidente acuse a Polícia Civil de desviar celular na delegacia? Só isso.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A moção é outra, deputado...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É mentira, deputado!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara — Republicanos) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira... Mantenha a ordem na Sessão, deputado Pedro Kemp...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Corte o microfone dele, presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara — Republicanos) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Obrigado. Nós ficamos aqui educadamente ouvindo, e agora ele não quer ouvir. Mas a maior desmoralização, no meu ponto de vista, que o presidente da República cometeu foi trocar o delegado da Polícia Federal que estava investigando o filho dele por envolvimento no roubo do INSS. Agora, o deputado falou do Alcolumbre... O Alcolumbre, sentado no colo do Lula, deixou de fazer várias coisas em benefício do Brasil. O presidente da Câmara dos Deputados adiantou e aprovou o programa de escala 6x1. E o Poder Executivo está de fora porque já trabalhava na 5x2. O Poder Judiciário já trabalhava na 5x2. O Poder Legislativo, ao qual pertenço, também já trabalhava na 5x2. Agora nós somos obrigados a ouvir.... Ele não disse nada contra o contrato de 130 milhões da mulher do ministro Alexandre de Moraes; não disse nada sobre a venda da

família do Toffoli para o Banco Master. Ele disse nada sobre isso. Ele veio aqui dizer que não pode. Agora, eu pergunto: um presidente com as faculdades mentais em dia... Cabe na cabeça de alguém que algum ladrão de telefone celular vai devolver o aparelho? Porque, na minha, não cabe! Mas, como é uma demagogia em véspera de eleição, ele disse que ia fazer uma resolução ou uma lei para pedir que as pessoas, espontaneamente, devolvam o telefone. E o pior não é isso. O pior é um presidente da República, deputado Coronel David, dizer que um iPhone 18 vale 15 mil, 14 mil ou 12 mil, e que o coitadinho não pode comprar; então, o ladrão rouba, e ele compra por 4 mil. Quer dizer, é um absurdo o que se escuta o presidente falar! Então, ele disse aqui que o candidato da direita... Não tem só o Flávio Bolsonaro; tem o Caiado, que eu acho extraordinário. Arrumou Goiás, arrumou a segurança pública, restabeleceu a legalidade. O povo hoje anda lá com o telefone por onde quiser, acabou o roubo. Em Minas Gerais, o meu amigo lá acabou com o assalto e com o roubo. Mora numa casa pela qual paga aluguel, com uma funcionária só; enquanto antes havia um palácio lá do PT, com 37 funcionários, helicóptero para ir ao Palácio do Poder... Tudo do PT! Agora, o cara desrespeitar uma das polícias mais brilhantes, que sofre por falta de tecnologia, que é a polícia brasileira... A de Mato Grosso do Sul, a Polícia Militar, assim como a Polícia Civil, é uma das mais respeitadas deste país. E dizer que o telefone celular que o ladrão roubar será devolvido espontaneamente... Eu não acredito que alguém vá devolver. É só uma demagogia. E dizer que não é para entregar na delegacia porque não sabe quem estará lá para receber... Isso é uma falta de respeito com a segurança pública do Brasil! Mas, como ele trocou o delegado que estava cuidando do roubo do filho dele... Eu não sou irmão do Frei Chico, você é? Eu não sou irmão do Frei Chico. Eu não participei desse negócio. Trocar o delegado para acobertar a roubalheira do filho dele... E o Frei Chico está lá em Portugal, gastando dinheiro dos aposentados. Então, a moção é pertinente. Peço aos meus colegas que votem "sim". É inadmissível tamanha falta de respeito. E derretendo não está a candidatura da direita; derretendo está o Brasil, com essa administração medíocre. As pessoas ficam atrás de vale-renda, do Bolsa Família. Não há investimento em educação, em saúde, em segurança pública — da qual ele não quis participar. O Caiado disse a ele: "Me dê a ordem, presidente, que eu vou pegar os bandidos que estão no morro, trazê-los para Goiás e colocá-los em seus devidos lugares." Eu peço o voto "sim" aos meus pares.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pergunto ao deputado Coronel David se há quórum para continuarmos a deliberação... Havendo quórum para deliberação, pelo sistema on-line, coloco a matéria em votação simbólica. Se alguém discorda, favor se manifestar... Ele voltou. Então, agora, eu consulto...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Sabe aquele filme: Ainda Estou Aqui?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — ... o deputado Pedro Kemp sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, no painel constam vinte e quatro deputados, mas aqui constam três, quatro. Acho que não há quórum para votação dessa matéria, não é?

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Coloco em votação simbólica...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Não. Simbólica, não, presidente; nominal. Eu pedi destaque.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Ela tem a assinatura de mais de quatorze deputados; estão todos na Casa, em seus gabinetes.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Então, vamos ver os votos.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Então, vamos consultar e pedir que os deputados votem de seus gabinetes.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Coloco, então, em votação o projeto em destaque do deputado Zé Teixeira. Em votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Precisa haver 80% dos votos... Não, senhor. Consulte aí. Senhor presidente, são oito votos favoráveis e dois votos contrários...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Ainda estamos em votação... Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — É uma brincadeira. Eu queria saber se fosse outro projeto, se ficaria esperando assim. São dez votos favoráveis e dois contrários.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Aprovado. Vai Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Dorival Canavarros dos Santos. Proposta pelos deputados Paulo Corrêa e Caravina, transformada em nome da Casa, em razão do falecimento do senhor doutor José Augusto Souza. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os

deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram... Aprovadas. Vão ao Expediente. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não há oradores inscritos. Encerradas as Explicações Pessoais...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Está inscrito?

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Queria cortar até a palavra da oposição, da esquerda.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicano) — Não, não, eu não tinha visto o seu nome aqui...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — sem revisão do orador — Deputado Renato Câmara, eu quero fazer um protesto aqui com relação à condução dos trabalhos feita por Vossa Excelência nesta Sessão. Vossa Excelência se mostrou tendencioso nesta última votação. Os deputados se retiraram do Plenário, foram embora, não participaram da votação, e Vossa Excelência ficou esperando que eles entrassem on-line para votar. Haveria, na verdade, insuficiência de votos para aprovar essa moção de protesto, e Vossa Excelência ficou esperando. Por certo, alguém estava aqui ligando para os deputados bolsonaristas para que eles viessem votar. Eu quero manifestar minha indignação! Porque eu sou um deputado que está presente em todas as sessões. Não fico fazendo campanha na hora da sessão, porque tenho respeito pelo povo, que paga o meu salário. Ao contrário de quem não está nem aí para participar da sessão e fica articulando "moçãozinha" de protesto contra o presidente Lula. A votação de hoje foi política. Eu queria, deputado Renato Câmara, que Vossa Excelência colocasse os projetos em votação e anunciasse o resultado com a mesma agilidade e dentro do mesmo tempo médio todas as outras votações. Agora, quando é um projeto que interessa à base bolsonarista desta Casa, a gente tem que ficar esperando aqueles que se retiraram do Plenário entrarem no sistema para votar on-line! Quero que seja registrado em ata este meu protesto contra a condução da votação de hoje. Fico indignado porque estou aqui todos os dias trabalhando! Quero que esta Casa levante, em seus anais, quantas sessões eu faltei nos meus sete mandatos aqui! Tenho responsabilidade, estudo os projetos, voto de acordo com o interesse da população. Eu não fico fazendo joguinho político e eleitoral para desgastar o presidente da República. Manifesto e quero registrado em ata que essa votação foi tendenciosa! A Mesa não poderia ficar esperando deputado que saiu da sessão entrar para votar on-line. Se fosse uma moção contra um bolsonarista, estaria todo mundo aqui presente para votar. Então, manifesto o meu protesto e a minha indignação, porque essa votação só teve esse resultado porque a Mesa ficou esperando, para além do horário, que os deputados entrassem on-line — que não estavam aqui — para votar. Isso é política eleitoral sendo feita aqui dentro. Quero saber: quantas faltas eu tive ao longo dos meus sete mandatos? Eu gostaria de ser respeitado pelos colegas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Deputado, eu respeitei o Plenário. Eu respeito Vossa Excelência. O seu descontrole, o seu desequilíbrio...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Desequilíbrio, não, presidente. O senhor ficou esperando...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — O quórum...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ficou esperando entrarem!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Não é entrarem...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Na hora em que uma proposição é colocada em votação, vota quem está presente! Eu cheguei a anunciar o resultado, e Vossa Excelência ficou esperando, esperando... Manifesto minha indignação, não é desequilíbrio, não; é revolta! Revolta!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Respeito o vosso descontente, mas esta Presidência respeitou o quórum. Estava aguardando o quórum, não a votação; quem votou favoravelmente ou não são outros quinhentos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vossa Excelência foi tendencioso!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Respeitei o Regimento Interno. Um grupo de oito deputados pediu a inclusão desse requerimento. O Plenário é soberano. Portanto, isso está dentro do Regimento e das atribuições dos deputados. O tempo de aguardo da votação é normal porque, no sistema on-line, os deputados entram, a internet cai, ou são deputados que estão atendendo em seus gabinetes ou dentro de veículos. Portanto, foi tudo conduzido conforme o Regimento Interno...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não aceito as vossas explicações, deputado! O senhor esperou além do tempo.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Não foi além do tempo.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quem quer votar, fica aqui! Aqui é o lugar de deputado trabalhar; é aqui, no Plenário! Vota aqui!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Vossa Excelência teve a sua fala respeitada. Peço a Vossa Excelência que respeite agora o encerramento e a conclusão desta presidência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não concordo!



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA Nº 58 50ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17/08/2026**

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Pode não concordar, mas tudo foi feito dentro do Regimento. Esta Casa é plural, é participativa; os deputados podem opinar, inclusive Vossa Excelência, que está um pouco alterado hoje. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente Sessão (11h44min).